

EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

A partir desta segunda-feira, capital paraense torna-se palco do debate internacional da conferência da ONU. Organizadores têm metas ambiciosas, mas ausência dos Estados Unidos indica que não haverá um acordo consensual

Abertura oficial hoje

» ROSANA HESSEL

A 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas, a COP30, começa, oficialmente, hoje, em Belém, reunindo representantes de vários países e organizações não governamentais (ONG) 10 anos após o Acordo de Paris, em 2015, na COP21, que tinha como objetivo limitar o aquecimento do planeta em 1,5°C.

A capital paraense, com isso, tem a responsabilidade de sediar o maior evento climático do planeta em meio às notícias de tragédias ambientais recentes, como o tornado no Paraná e as chuvas no Sul do país. E, ao mesmo tempo, o Brasil ainda terá o constrangimento de ter autorizado a exploração de petróleo na Margem Equatorial, na contramão da agenda de transição energética e do “mapa do caminho” para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, defendido pelos organizadores da Conferência. Além disso, especialistas, reconhecem que as chances de avanços concretos são restritas, porque não haverá consenso por conta da ausência de países de peso, como os Estados Unidos, que abandonou o Acordo de Paris.

Na reunião de cúpula da COP30, na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforçou o protagonismo do Brasil na agenda climática, mas passou ao largo da polêmica em torno da Margem Equatorial. “No que depender do Brasil, Belém será o lugar onde renovaremos nosso compromisso com o Acordo de Paris. Isso significa não apenas implementar o que já foi acordado, mas também adotar medidas adicionais capazes de preencher a lacuna entre a retórica e a realidade”, disse.

Lula participará, hoje, da cerimônia de abertura, que será conduzida pelo secretário-executivo de Mudanças Climáticas da ONU, Simon Stiell. Ontem, Stiell fez um alerta sobre a urgência de ações para mitigar os danos climáticos pelo mundo, como eventos recentes que vão desde o Furacão Melissa, no Mar do Caribe, passando por tufoes no Vietnã e nas Filipinas, até o tornado

no Paraná, no fim de semana. Nesse sentido, reforçou que as ações precisarão mostrar que “estão totalmente comprometidas com a cooperação climática”.

Ambição

O presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, na décima carta convocatória para os representantes internacionais divulgada, ontem, clamou por avanços ambiciosos na Conferência. “Estamos quase lá, enquanto a ambição global finalmente começa a curvar a trajetória das emissões e a transição climática se torna uma tendência irreversível”, escreveu.

Apesar de o momento ser propício para aumentar a ambição no evento, estudo recente do Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma), revelou que o mundo caminha para um aumento de 2,3°C a 2,5°C até o fim do século, mesmo se todos os compromissos climáticos previstos nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) atuais sejam cumpridos. De acordo com o estudo, as nações globais continuam longe de cumprir a meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento a bem menos de 2°C, enquanto buscam esforços para permanecer abaixo de 1,5°C.

Na avaliação de Anna Cárcamo, especialista em Política Climática do Greenpeace Brasil, a ausência dos Estados Unidos, pode provocar uma lacuna para o financiamento climático, que não teve avanço nas Conferências anteriores, uma vez que o plano de COP29, em Baku, no Azerbaijão, tinha um plano ambicioso de mobilizar US\$ 1,3 trilhão por ano para o financiamento de ações contra a crise climática, com foco nos países em desenvolvimento.

“O relatório lançado em Baku para se chegar nesse valor de financiamento para as mudanças climáticas ainda não tem o compromisso formal dos países desenvolvidos. E existe uma lacuna para as nações desenvolvidas assumirem mais responsabilidade não só para liderar o movimento, como também liderar os recursos, com juros baixos para os países em

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Entrada para os pavilhões da Conferência do Clima, em Belém, que será o palco dos debates internacionais até o próximo dia 21



desenvolvimento”, explicou Cárcamo. “Por outro lado, os EUA já saíram do Acordo de Paris, mas o acordo continuou. Os outros países continuaram participando, inclusive, alguns atores subnacionais dos Estados Unidos também. Então, é importante que os outros países, agora, ocupem, não deixem de ocupar esse espaço, de tomar medidas proativas para a gente conseguir de fato atingir a ambição que a gente precisa em relação à ação climática, que ainda está muito aquém, ainda necessário”, acrescentou. Ela lembrou que o Greenpeace já aportou o navio da entidade em Belém, e, nos fins de semana durante a COP 30, na capital paraense, vai abrir a embarcação para visitação pública.

De acordo com a ambientalista, embora a conferência tenha sido um espaço onde eles indicaram vários caminhos até concretos que os países poderiam chegar nesse valor, ainda falta, de fato, essa prática, colocar em prática. Principalmente

em relação ao financiamento público dos países envolvidos, onde exige essa obrigação, desde a convenção, e também está prevista no Acordo de Paris e eles estão tendo um processo de tentar reduzir essa responsabilidade.

A principal aposta para a COP 30, conforme declarações de autoridades do governo brasileiro está no Fundo de Florestas Tropicais para Sempre, o (TFFF), que tem meta de arrecadar US\$ 10 bilhões de governos até 2026. E, de acordo com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que tem como certa a entrada da Alemanha, o valor já caminha para US\$ 5,5 bilhões.

Anna Carcamo, do Greenpeace, contudo, fez ressalvas sobre o Fundo. Ela acredita que ele ainda precisa amadurecer, de certa forma. “O TFFF é um passo positivo e na direção correta, porque remunera as florestas em pé por meio de um mecanismo de compensação, como os mercados de carbono, mas, ao mesmo tempo, tem alguns pontos que precisam melhorar”, disse. Ela citou como exemplo, uma alocação mínima de financiamento direto para os povos indígenas e comunidades locais de 20%. “Isso é algo que entendemos como fundamentais não só no TFFF, mas também nesse ‘mapa do caminho’ de Baku a Belém. É importante que se avance em relação a todo o financiamento climático, mas ainda tem alguns critérios que precisam ser fortalecidos”, afirmou.

Público esperado de 50 mil pessoas

A expectativa dos organizadores da Conferência Climática em Belém é de que o evento deverá atrair cerca de 50 mil pessoas. Ao todo, 194 países, além da União Europeia, registraram-se para participar do evento, mas nem todos confirmaram presença no que também terá a participação de representantes de organizações multilaterais e entidades

A estrutura montada para receber a COP30 conta com duas áreas distintas. A Zona Azul, mais restrita, é o palco onde ocorrem as negociações oficiais, dos pavilhões nacionais e onde foi realizada a Cúpula de Líderes. Nesse espaço é onde serão definidos os rumos das políticas climáticas internacionais. Enquanto isso, a Zona Verde é o espaço aberto ao público em geral e onde sociedade civil, instituições públicas e privadas concentram o diálogo, a inovação e o investimento sustentável. De acordo com os organizadores, a Zona Verde “cumpre papel fundamental ao aproximar a agenda climática da vida das pessoas”, tornando o tornar o debate acessível e inclusivo.

Casa do Seguro

Além dos inúmeros painéis e palestras nas duas Zonas do pavilhão da COP30, uma série de eventos paralelos serão realizados no entorno do Parque da Cidade, que abriga a Conferência. Entre eles, está a Casa do Seguro, que foi montada pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg) em parceria com as seguradoras Allianz, AXA, BB Seguros, Bradesco Seguros, Caixa Seguridade, Mapfre, Marsh McLennan, Porto Seguros, Prudential e Tokio Marine.

A abertura da Casa ocorre hoje à tarde. Na área de 1,6 mil m2, bem próxima à entrada da Zona Azul, funcionará uma plenária com 100 lugares, seis salas de reuniões, business lounge, espaço de convivência e área para exposições artísticas e apresentações culturais. O local foi concebido em base dos requisitos de sustentabilidade e metas de neutralização de emissões, com resíduo zero, eficiência energética e boas práticas de estímulo à economia circular.

“A Casa do Seguro é uma plataforma de interação, de construção de soluções para toda a atividade da sociedade. É uma casa aberta a todos os setores da sociedade. É por isso que a nossa programação é diversificada, a cada dia se abordará um tema diferente”, destacou o presidente da CNSeg, Dyogo Oliveira. Ele demonstrou otimismo com a oportunidade do evento em Belém e contou que a programação dos eventos será dividida por dias temáticos, como infraestrutura, cidades resilientes, cooperativismo, agronegócio, energias renováveis. “Não é uma casa para o seguro, é uma casa para a sociedade que também fala sobre o papel do seguro, como é que o seguro pode ajudar a construir soluções quando há um evento de desastre, ajudar a prevenir as consequências das mudanças climáticas e o impacto desses incidentes”, afirmou.

“A Casa do Seguro é a contribuição do setor segurador para o diálogo global sobre o clima. Queremos mostrar, durante a COP-30, que o seguro é um instrumento essencial para fortalecer a resiliência das pessoas, das empresas e das cidades frente aos riscos climáticos. Ao abrir suas portas em Belém, o setor reafirma seu compromisso com um futuro sustentável, baseado em prevenção, proteção e adaptação”, acrescentou Oliveira. (RH)

Diversos papéis do Brasil ao longo das COPs

» LETÍCIA CORRÊA*

O Brasil já assumiu diversos papéis em conferências e acordos climáticos, ao longo da história. De isento a referência nas iniciativas de carbono, depois, símbolo de engajamento do Acordo de Paris e nome incômodo nos relatórios florestais, o país anfitrião da 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas, a COP30, que começa oficialmente hoje, em Belém, terá de lidar com as próprias contradições e a ausência dos Estados Unidos para recuperar o protagonismo no debate.

O enredo dessa discussão global começou em Estocolmo, em 1972, com grande debate climático da ONU. Na ocasião, o Brasil adotou atitudes de isenção da culpa das emissões de carbono. O argumento principal era o fato de os países europeus terem se industrializado há muito tempo, enquanto outras nações estavam ainda se desenvolvendo industrialmente. Logo, o país deveria focar na ampliação econômica, mesmo que isso significasse a procrastinação dos tópicos ambientais.

Ao longo dos anos, o discurso do Brasil mudou, mas ainda restam resquícios, até hoje, do embate entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento nessa agenda. Em uma ocasião, o presidente da COP30, embaixador André Corrêa do Lago, comemorou a notícia de que as metas da Europa para o evento poderiam ser as mais ambiciosas, porém ressaltou que, de certa forma, era uma obrigação do Velho Continente. “É muito importante que os países desenvolvidos mostrem o que vão fazer, porque não tem sentido que os países em desenvolvimento tenham que fazer mais esforços do que os que já puderam se desenvolver ao longo de dois séculos e meio emitindo”, disse. “Há aí um elemento de justiça, um elemento praticamente ético de quem deve fazer as coisas antes e quem pode fazer as coisas antes”, emendou.

A líder e especialista em estratégias internacionais senior do Instituto Clima e Sociedade (ICS), Cintya Feitosa, explicou que essa abordagem não pode se tornar como desculpa para não apresentar metas reais e ambiciosas, mas ressalta que a estratégia faz sentido, tanto historicamente quanto nas próprias regras das conferências.

Bruno Peres/Agência Brasil



Na semana passada, presidente Lula recebeu cerca de 50 líderes para a cúpula prévia à conferência climática da ONU no país

“Existe um princípio da convenção, que se chama responsabilidades comuns, porém diferenciadas, que é isso, países que se industrializaram ou que desenvolveram suas economias a partir de mais emissões tem que reduzir mais emissões. Então, é correto dizer que os mais desenvolvidos têm mais obrigações perante a redução de emissões por conta do seu histórico e por suas capacidades não só de inovação e tecnologia, mas também de recursos”, argumentou.

No Rio de Janeiro, em 1992, o Brasil fez sua estreia como anfitrião e teve uma virada de chave, em relação ao feito em Estocolmo. O país assinou acordos internacionais importantes, como a Agenda 21 e a Convenção do Clima. A Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 92, a ECO92, foi considerada a gênese das COPs, pois foi lá que a Convenção Quadro da ONU sobre Mudança do Clima (UNFCCC) surgiu e resultou as conferências.

Em 1995, a primeira Conferência das Partes (COP) ocorreu em Berlim. Dois anos depois, na COP3, o Protocolo de Kyoto foi escrito. Este foi o primeiro tratado internacional a impor metas obrigatórias de redução de gases de efeito estufa. O papel do Brasil foi aclamado pelas entidades, pois foi um dos primeiros países em desenvolvimento a apoiar mecanismos de

mercado como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que permitia que países desenvolvidos pagassem por projetos de redução de carbono de países em desenvolvimento.

Apesar do ânimo e da importância do acordo, por ter metas de redução de carbono pela primeira vez, o Protocolo de Kyoto se enfraqueceu com a saída dos Estados Unidos. O Brasil seguiu nos discursos climáticos, mas sem metas obrigatórias. Em 2015, no Acordo de Paris, na COP21, a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) brasileira foi uma das mais ambiciosas da conferência que estipulou NDCs obrigatórias para todos os países. O Brasil assinou o acordo e se comprometeu a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005 até 2025, com uma meta indicativa de 43% até 2030.

Na COP25, de 2019, em Madri, o Brasil foi criticado pelo desmatamento na Amazônia, que só aumentava. Na COP26, em Glasgow, não foi bem recebido novamente, dessa vez, por não apresentar metas mais ambiciosas que as prometidas na conferência anterior. Dessa forma, o protagonismo brasileiro no debate climático foi perdido, tornando-se uma figura negativa do evento. E, na semana passada, saiu uma

análise do SAG, que é um sistema que faz a análise das emissões brasileiras ao longo dos anos, mostrando que o Brasil não cumpriu a meta da NDC de 2025, lembrou o líder de Mudanças Climáticas do WWF-Brasil, Alexandre Prado.

“A meta deveria estar em 1.3, mas ficou em 1.4. E, e aí você tem o detalhamento porque isso não aconteceu. O país cumpriu uma parte, mas não cumpriu o outro”, disse Prado. Para ele, o maior desafio ambiental e interno do Brasil é controlar o desmatamento florestal, incentivar uma agricultura de baixo carbono e reflorestar as áreas perdidas. O desenvolvimento dessas áreas pode fazer com que o Brasil retome seu papel importante e volte a ganhar respeito nas pautas.

Mesmo com a ausência dos Estados Unidos e com as próprias contradições ambientais do país anfitrião, os dois especialistas esperam que as nações apresentem bons projetos e entreguem metas ambiciosas. “Temos várias expectativas, como financiamentos, o reforço para acabar com o desmatamento em 2030, a transição energética e temos o engajamento da sociedade civil, mobilizações de rua”, disse Prado.

*Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel